

Procurador quer pena maior para crimes de PC

O procurador da República no Distrito Federal, Ítalo Fioravanti, vai recorrer da sentença do juiz da 10ª Vara da Justiça Federal, Pedro Paulo Castelo Branco, que condenou o empresário Paulo César Farias a quatro anos de prisão por crime de sonegação fiscal. Fioravanti achou muito leve a pena aplicada ao empresário, que foi denunciado neste processo por três crimes diferentes. As penas dos crimes podem ser somadas, chegando a um total de 15 anos de reclusão.

PC e os outros três condenados - Jorge Bandeira, Rosinete Melanias e Ricardo Campos - são acusados de terem emitido cinco notas fiscais frias da empresa Brasil-Jet Táxi Aéreo, pela contabilização de uma nota fiscal emitida pela Gonair Táxi-Aéreo, cuja autenticidade não foi reconhecida, e ainda pelo pagamento de uma gratificação para a secretária Rosinete Melanias no valor de Cr\$ 57 milhões, em dezembro de 1991. ontem Fioravanti e o procurador Odim Ferreira enviaram uma manifestação solicitando o envio dos autos do processo para a elaboração do recurso.

Os advogados D'Allambert Jaccoud e Nabor Bulhões, responsáveis pela defesa de PC, também vão recorrer da sentença do juiz. Eles se reuniram ontem em Brasília para discutir a estratégia do recurso, eles vão argumentar que o crime pelo qual PC foi condenado foi praticado antes da edição da lei da sonegação fiscal, que serviu de base para a aplicação da pena. Os advogados vão sustentar também que notas frias da Brasil-Jet aconteceram por um problema na confecção dos blocos de notas.